



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jorge Seif

**EMENDA Nº**  
**(ao PLP 121/2024)**

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 5º; e acrescentem-se §§ 5º-1 a 5º-4 e 8º ao art. 5º do Projeto, nos termos a seguir:

“**Art. 5º** Os encargos definidos no aditivo contratual serão:

**I** – juros nominais de 3% a.a. (três por cento ao ano); e

**II** – atualização monetária pelo Centro da Meta de Inflação (CMI) definida pelo Conselho Monetário Nacional.

.....

**§ 5º-1.** No prazo do *caput* do art. 3º, o Estado que realizar a redução em, no mínimo, 5% (cinco por cento) da dívida apurada nos termos do § 2º do art. 2º, por meio de quaisquer dos instrumentos previstos no art. 3º, fará jus à taxa de juros de 2% (dois por cento) ao ano no aditivo contratual, em substituição ao valor do inciso I do *caput* deste artigo.

**§ 5º-2.** No prazo do *caput* do art. 3º, o Estado que realizar a redução em, no mínimo, 10% (dez por cento) da dívida apurada nos termos do § 2º do art. 2º, por meio de quaisquer dos instrumentos previstos no art. 3º, fará jus à taxa de juros de 1% (um por cento) ao ano no aditivo contratual, em substituição ao valor do inciso I do *caput* deste artigo.

**§ 5º-3.** O valor equivalente a um ponto percentual de juros será direcionado ao fundo de que trata o art. 9º.

**§ 5º-4.** Após o direcionamento de recursos nos termos do § 3º deste artigo, o restante do valor devido a título de juros da prestação mensal poderá ser revertido integralmente para aplicação no próprio Estado em educação profissional técnica de nível médio, em infraestrutura para universalização do ensino infantil e educação em tempo integral, e em ações de infraestrutura,



saneamento, habitação, adaptação às mudanças climáticas, transportes ou segurança pública.

.....

**§ 8º** A atualização mensal do saldo devedor corresponderá a meta de inflação calculada *pro rata* para os doze meses seguintes ao primeiro mês de vigência da taxa, inclusive, baseada nas metas anuais fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo oferecer condições diferenciadas de juros para Estados que aderirem ao Propag. Altera inicialmente os encargos previstos no art. 5º do projeto original, de IPCA mais 4% a.a., para 3% nominais a.a. mais atualização monetária pelo Centro da Meta de Inflação (CMI) definida pelo Conselho Monetário Nacional.

Propõe, ainda, que os estados que conseguirem reduzir suas dívidas em, pelo menos, 5% ou 10%, terão, também, redução da taxa de juros nominal de 3% ao ano para 2% ou 1%, conforme o nível de redução da dívida (5% ou 10%, respectivamente). Um ponto percentual de juros será direcionado ao Fundo de Equalização Federativo, e o restante dos valores devidos a título de juros poderá ser revertido para investimentos essenciais, como educação profissional técnica, infraestrutura de educação infantil e de tempo integral, saneamento, habitação, adaptação às mudanças climáticas, transportes e segurança pública,.

Por último, a atualização mensal do saldo devedor será feita com base na meta de inflação, calculada *pro rata* para os doze meses seguintes, e terá por base as metas anuais definidas pelo Conselho Monetário Nacional.



A emenda busca garantir que o processo de renegociação das dívidas dos Estados promova mais investimentos em setores críticos para o desenvolvimento nacional.

Sala das sessões, 14 de agosto de 2024.

**Senador Beto Martins**  
(PL - SC)

**Senador Esperidião Amin**  
(PP - SC)

**Senador Jorge Seif**  
(PL - SC)  
**Senador**





SENADO FEDERAL

Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

### **Emenda Indexador e Metas**

Assinam eletronicamente o documento SF248423023972, em ordem cronológica:

1. Sen. Beto Martins
2. Sen. Esperidião Amin
3. Sen. Jorge Seif